

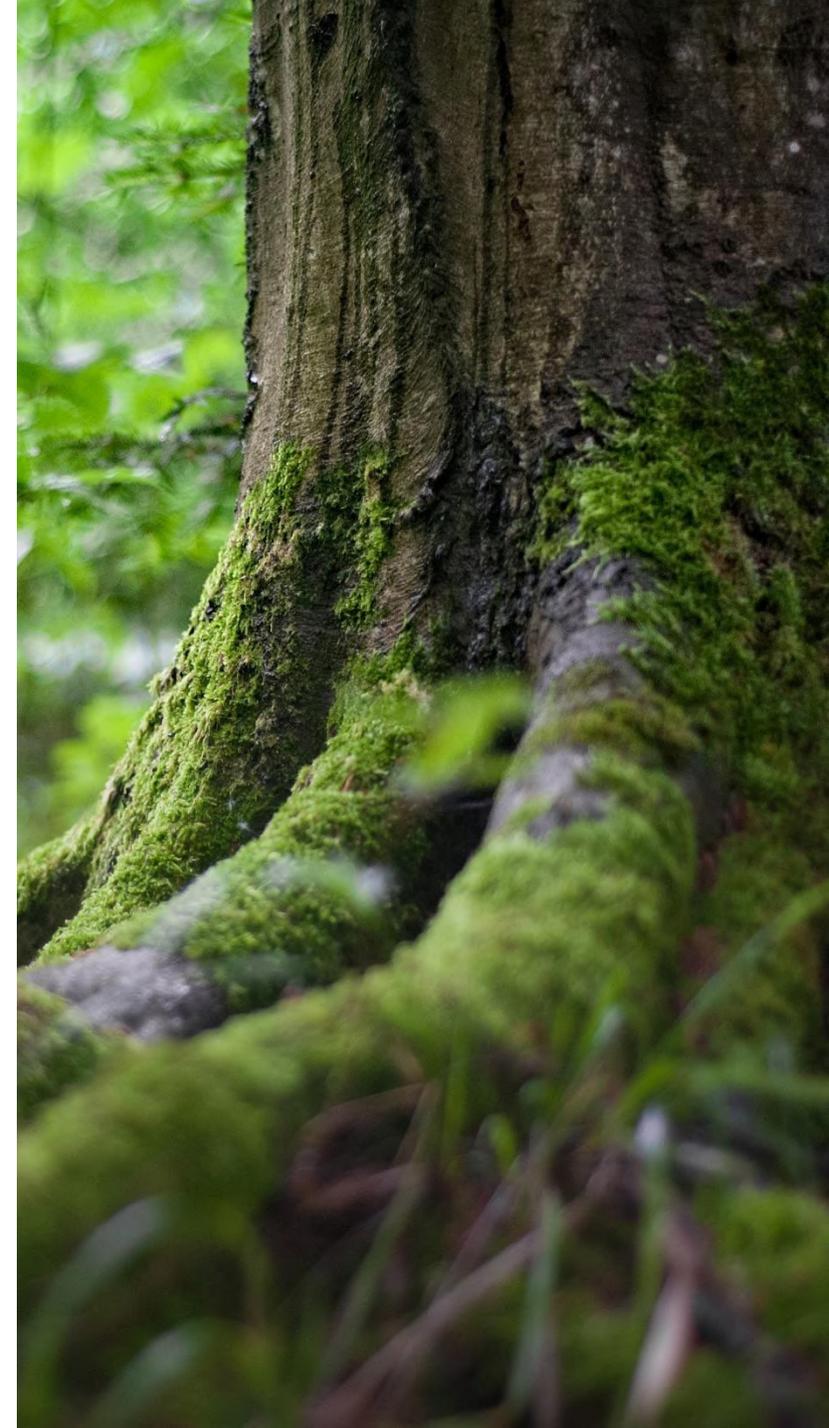


PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

Dar resposta às fragilidades do sistema
e diminuir a exposição ao risco

VISÃO INTEGRADA

Portugal protegido de incêndios rurais graves



Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais

Estratégia 2020-2030 identifica o contexto, estabelece a visão e o modelo, designa as orientações estratégicas e objetivos estratégicos e introduz um novo modelo de governação e de gestão do risco.

Cadeia de Valor do Sistema Integrado de Fogos Rurais suporta toda a intervenção das entidades, com matriz de responsabilidades, desde o planeamento até ao pós-evento

Programa de Ação: detalha os projetos a concretizar faseadamente e sem ruturas, a respetiva calendarização e orçamento. Incorpora e reforça, também, medidas que têm vindo a ser implementadas nos últimos dois anos; define as metas a atingir nos diversos indicadores de desempenho e resultado. É construído com entidades multi-setoriais públicas e privadas e às diferentes escalas regionais

Revisão de diplomas legais, nomeadamente o **DL n.º 124 de 2006**, para assegurar o enquadramento legal do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)

Consulta Pública

Recolha de contributos
(até 5 fevereiro 2020)

Construção Colaborativa

*Programa Nacional: 1º T 2020
Programas Regionais 3º T 2020*

Revisão e Publicação

1º T 2020

PLANO NACIONAL | ABORDAGEM

2006 - 2018

2020 - 2030

Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais

Monitorização regular com report anual e com **avaliação** externa intercalar em 2024 e final em 2031

Plano Defesa da Floresta Contra Incêndios

Programa de Ação 2020-2030

Programa de Ação 2020-2023

NACIONAL

Programa Regional

NUTS II

Programa Supramunicipal

NUTS III

Articulação dos programas de entidade públicas e privadas de diferentes setores

Plano Municipal Defesa de Floresta Contra Incêndios

PDM

PDM

Programa de Execução Municipal

NUTS IV

PLANO NACIONAL | FRAGILIDADES COM NECESSIDADE DE RESPOSTA (1)

Características da propriedade	Maioria da propriedade é privada com insuficiente gestão, extremamente fragmentada e por cadastrar e a estrutura da propriedade
Prevenção	Insuficiente gestão do combustível vegetal , ausência de aplicação de mosaicos à escala da paisagem, gestão ativa de florestas residual.
Preparação	Incapacidade de ajustamento dos recursos a uma antevisão das necessidades operacionais , insuficiente fiscalização do cumprimento dos planos, inexistência de operacionais de meteorologia aplicada a incêndios rurais.
Combate	Desconhecimento das populações sobre as práticas a adotar em caso de incêndio rural, desconhecimento das áreas de atuação dos diversos agentes , incorreta perceção da gravidade potencial do fogo.
Qualificação	Diferença significativa de qualificações e profissionalização dos diversos recursos envolvidos no sistema, deterioração do regime de voluntariado em termos de número de agentes e de formação dos mesmos, limitado efetivo das forças profissionais de intervenção.
Conhecimento	Carência de incorporação do conhecimento científico e técnico atual nas decisões operacionais
Governança	Fragilidade na liderança da autoridade florestal nacional, insuficiente articulação entre os responsáveis pela prevenção e os operacionais de combate, insuficiente conhecimento do terreno por parte dos agentes de combate, inexistência de um comando especializado que conjugue a atuação das diversas entidades em momentos de emergência.

OE1

Valorizar os espaços rurais

Espaços rurais enquanto fatores geradores de riqueza, produtividade e sustentabilidade

OE2

Cuidar dos espaços rurais

Espaços cuidados e preservados mediante o uso de práticas compatíveis com a segurança dos cidadãos

OE3

Modificar comportamentos

Comportamentos responsáveis para a segurança dos portugueses e a preservação de um território produtivo e seguro, evitando as ignições e tomando as melhores decisões de proteção individual e coletiva

OE4

Gerir o risco eficientemente

Gestão do risco em toda a cadeia de valor para reduzir as perdas, com definição clara de prioridades e uso eficiente de recursos públicos

VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

OE1

Redimensionar a propriedade rural

OB1.1

Definir e implementar políticas e instrumentos de gestão

Criação de um regime único de cadastro predial, de âmbito nacional, articulado com o regime jurídico da informação cadastral simplificada

Desenhar e implementar mecanismos reguladores de Prédios Rústicos

Aumentar a remuneração dos proprietários com a reforma do modelo de gestão florestal

OB1.2

Remunerar os serviços dos ecossistemas

Promover a aceleração de soluções de economia circular e bio-economia

Fomentar a inovação e a melhoria de competitividade das empresas e setor florestal

Diversificar a economia local

Disponibilizar incentivos jurídicos e financeiros à valorização dos espaços rurais

OB1.3

Alargar incentivos

Criar Planos de Poupança Florestal

Criar incentivos à conservação dos recursos florestais

Exemplos de medidas

- Financiamento das iniciativas do PNGIFR através do próximo pacote comunitário: Valorizar e cuidar os espaços rurais, que ocupam 2/3 do território.
- Criação processo de gestão integrada de fundos dedicados as florestas, conservação da natureza e gestão de fogo rural que inclua verbas do fundo ambiental, PoSeur da PAC (floresta, agro-ambientais e pecurária extensiva) e do fundo florestal permanente
- Proposta de Lei de Cortes e Regime Florestal, conducentes à valorização do recurso florestal
- Estimular gestão agregada e profissional, via reforço e capacitação das organizações de produtores e proprietários

CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

OE2

Promover uma paisagem diversificada e em mosaicos

OB2.1

Reconverter a paisagem

Intervir na recuperação de áreas aridas

Diminuir a carga combustível à escala da paisagem

OB2.2

Programa nacional estratégico plurianual de gestão de combustível

Alterar o processo de eliminação e promover o reaproveitamento de sobrantes naturais

Orientar o sistema de incentivos para a gestão eficaz de combustível e paisagem

Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado

OB2.3

Rever a legislação para a execução das redes de defesa

Aumentar a segurança do edificado - Edificado/Habitação segura

Robustecer os incentivos financeiros aos privados

Exemplos de medidas

- Mobilização de recursos para gestão de combustível em larga escala
- Proposta de Lei de Recuperação de Áreas Aridas para que governo, a administração pública e organização de produtores florestais detenham habilitação legal para intervir com escala nas áreas aridas de 2017 em diante
- Exercer a regulação da exploração dos recursos florestais
- Revêr permissões e regras de construção, associando o setor dos seguros para potenciar implementação

MODIFICAR COMPORTAMENTOS

OE3

Reduzir as ignições de maior risco

OB3.1

Reduzir o número e o risco das queimas e queimadas

Reforçar a capacidade de vigilância e dissuasão

Rever o enquadramento jurídico para os comportamentos de risco

Especializar a comunicação de risco

OB3.2

Comunicar para o risco

Orientar práticas educativas para o risco

Exemplos de medidas

- *Mobilização do público jovem e adolescente – campanha escolas*
- *Mobilização de agricultores e pastores para boas práticas de utilização do fogo e maquinaria*
- *Vigilância: desenho do dispositivo de forma a maximizar a eficácia e eficiência: progressão para sistemas de videovigilância e outros sistemas complementares*

GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

OE4

Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco

OB4.1

Avaliar o risco

Especializar a análise de risco

Implementar um Plano Integrado

Implementar um modelo capacitado de governança do risco

OB4.2

Reforçar as competências de governança do risco das instituições

Implementar um sistema de melhoria contínua

Definir políticas de acordo com o enquadramento supranacional

Aumentar a eficácia da Legislação

Redesenhar a gestão do dispositivo

OB4.3

Alterar a gestão da prevenção e combate

Dimensionar e definir o posicionamento dos meios de prevenção e combate

Aumentar a qualificação dos agentes SGIFR

OB4.4

Implementar o programa nacional de qualificação dos agentes SGIFR

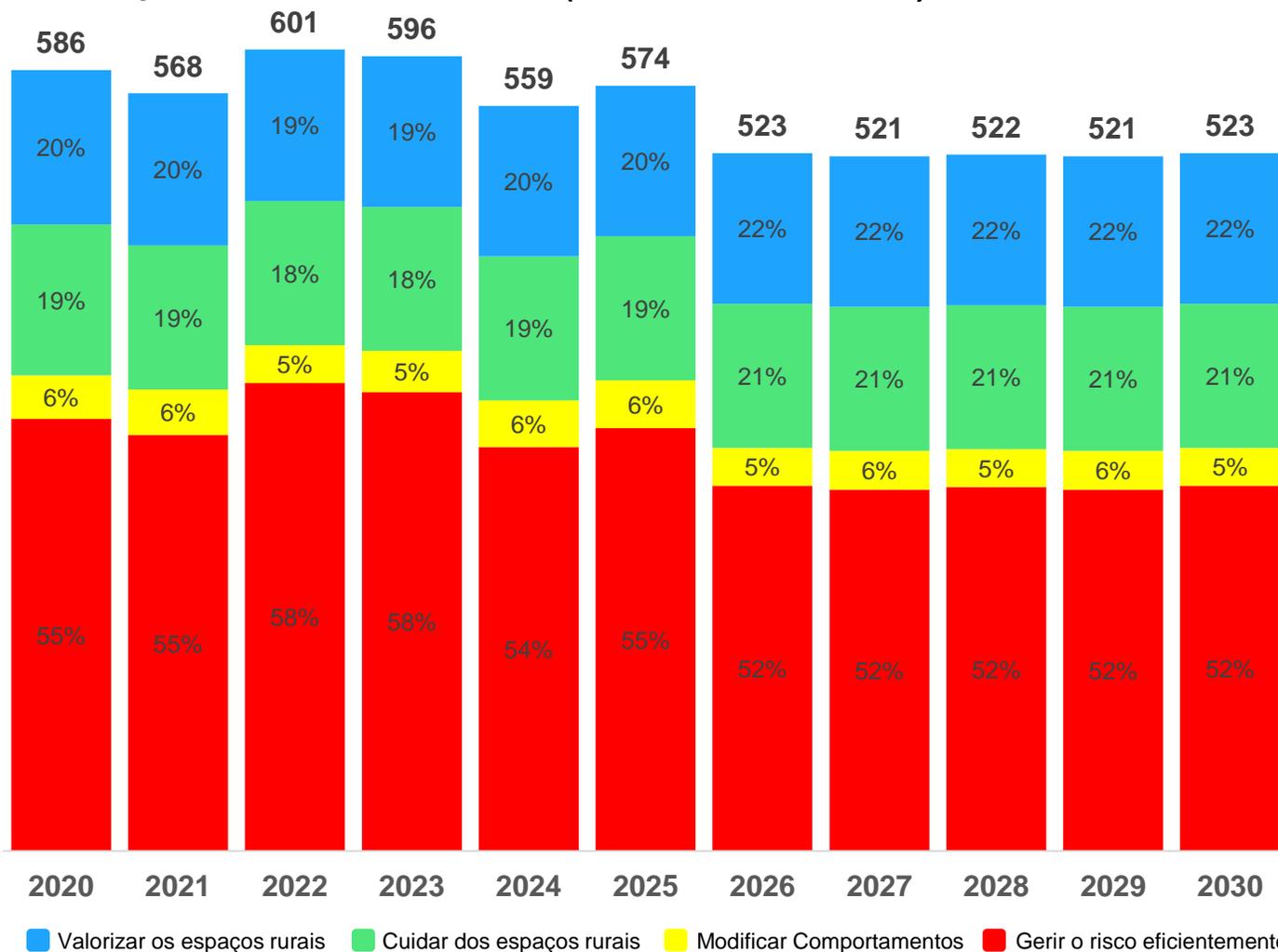
Desenvolver a articulação com laboratórios colaborativos e centros de conhecimento

Exemplos de medidas

- Capacitação do ICNF para assegurar a gestão do combustível em território público e privado, recuperação de áreas ardidas e de restauração ecológica
- Criação de comissões de coordenação da gestão do fogo rural nas CCDR e nas CIM, substituindo as atuais distritais, de forma a garantir o desenho e execução dos programas regionais e operacionalização do municipais
- Recrutamento com base em perfis de competências os recursos humanos para ANEPC, ICNF e GNR de acordo com o modelo de qualificação no âmbito do programa Multi-Agência
- Implementação faseada em regiões pré-selecionadas, através de Projeto conjunto de Gestão da Mudança

PLANO NACIONAL | DESPESA PREVISTA

PROJEÇÃO TOTAL DO SISTEMA (M€ PÚBLICOS E PRIVADOS) 2020-30 POR ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA*



○ Valor Total(*) 2020-2030: **6 095 M€**

○ Média anual: **554 M€**

60%
Prevenção

40%
Combate

○ **20% incentivos financeiros** destinados a proprietários e privados para valorização e gestão dos espaços rurais

○ **Medidas essenciais à execução:**

- Garantia de financiamento comunitária enquadrada no Green Deal e orçamentação plurianual
- Mobilização dos privados.

* Projeção suportada por informação provisória apurada em sede de grupo de trabalho do planeamento (representadas todas as entidades SGIFR) e em processo de validação; Projeção dos valores da ANEPC baseados no ano 2019, uma vez que ainda não foram partilhados

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Valorizar os
Espaços Rurais

Cuidar dos Espaços Rurais

Modificar Comportamentos

Gerir o Risco Eficientemente

METAS POR ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

- Área de Floresta e Matos com gestão de combustível: 1 200 000 hectares⁽¹⁾
- Áreas ardidas com mais de 500 hectares totalmente geridas e com planos de recuperação executados
- Menos 80% de ignições em dias de elevado risco de incêndio⁽²⁾
- Implementação do SGIFR⁽³⁾: Cadeia de valor e processos em funcionamento em 2023
- Agentes qualificados
 - Perfis prioritários: 2021
 - Totalidade: 2030

METAS DE IMPACTO DO PLANO

- **Total de incêndios com área superior a 500 hectares fixar-se em 0,3%**
- **Área ardida < 600 mil em 11 anos⁽⁴⁾**

(1) Inclui mosaicos e faixas

(2) Causas de ignições: intencional e negligentes

(3) Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais

(4) A atualizar para € perda de bens e serviço



PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS



REPÚBLICA
PORTUGUESA